



# BASTA DE POLÍTICAS CAPITALISTAS!

**A luta é o único caminho!**



## Afeganistão: Fiasco imperialista

# Autárquicas 2021

## Uma vitória do PS que evidencia os limites do reformismo

Perante os resultados das eleições autárquicas, as direções da esquerda lançaram-se numa tentativa não de compreender a realidade e corrigir os seus erros, mas antes de a esconder ou de torcê-la até a fazer concordar com os seus preconceitos e aspirações. Não poderia ser de outra forma, uma vez que aquilo que os resultados destas eleições demonstram, por entre todo o ruído, é como o reformismo está a chocar com os seus limites — limites que, numa época de crise orgânica do capitalismo, são cada vez mais estreitos.

### Uma vitória amarga para a esquerda

Em primeiro lugar, é certo que a esquerda venceu estas eleições, detendo hoje 168 câmaras de 308 e tendo conquistado um total de 1.069 mandatos depois de receber 2,49 milhões de votos em todo o país (49,8%). A direita — entendida aqui como PSD, CDS, Chega e IL —, conseguiu 119 câmaras, 850 mandatos e cerca de 1,99 milhões de votos (39,76%). A vitória da esquerda é, assim, indiscutível. É preciso deixar isto claro contra a multidão de comentadores que na comunicação social procuram escamotear a derrota da direita. A esmagadora maioria dos trabalhadores e dos jovens que votaram, votaram à esquerda, e com eles votou uma significativa parte das camadas médias.

Mas não podemos ficar por aqui. Antes de mais, a vitória teve uma distribuição extremamente desigual entre as forças da esquerda — ainda mais desigual do que a obtida nas autárquicas de 2017 ou nas legislativas de 2019.

Conquistando 148 câmaras e apoiado por 37,5% do eleitorado, o PS é o verdadeiro vencedor destas eleições. O número de boletins arrecadados pela social-democracia em todo o país é de 1.854.647, contando com diferentes coligações locais encabeçadas pelo partido de António Costa.

A CDU, por seu lado, conseguiu apenas 410.585 votos, ou 8,2%, ficando com

19 municípios, 5 abaixo dos 24 que governava até ao dia das eleições. Ao todo, perdeu 7 municípios — um para o PSD e seis para o PS — e recuperou apenas 2 das mãos do PS. Entre os municípios perdidos, estão 3 dos chamados “bastiões” (municípios que desde 1976 não conheciam uma presidência que não fosse do PCP) e ainda o importante concelho de Loures. Foram os piores resultados de sempre em eleições autárquicas para a CDU. O cenário é ainda mais claro quando notamos que os piores resultados até aqui eram os de 2017, quando a CDU perdeu 10 bastiões de uma só vez.

Por último, o BE teve igualmente os seus piores resultados de sempre, com 2,75% ou 137.521 votos, ficando abaixo até mesmo do Chega. Sem um único município, com os mandatos reduzidos de 12 a 5, com uma queda de 32.506 em relação a 2017 (quando teve 3,29% ou 170.027 votos), o BE vê-se reduzido à irrelevância na chamada política local, prestando-se a servir de muleta do PS nas escassas autarquias onde tem mandatos.

Estes são os números onde se expressa de forma dramática a crise do reformismo de esquerda, quer seja na sua versão stalinista ou na sua versão “new left”. Mas é de forma mais discreta que se expressam nestas eleições os sinais da crise da social-democracia tradicional, o PS.

O número de votos do PS nestas autárquicas é praticamente o mesmo das legislativas — em 2019 foram 1.866.407, ou seja, mais 11.760 votos —, e a perda de 12 concelhos pode parecer pouco significativa à primeira vista, mas o diabo está nos detalhes. Em relação a 2017, quando obteve 2.003.914 votos, o PS teve uma queda nada negligenciável de 149.267 votos, e, mais significativamente ainda, foi em boa parte nos concelhos onde governou que o partido sofreu maiores quedas. É por isso que vimos 31 concelhos PS passar às mãos do PSD. Em contrapartida, apenas 12 passaram do PSD ao PS. Onde o PS pôde aplicar a sua política, o desgaste da sua base social é evi-

dente, e em nenhum concelho isto é mais claro do que em Lisboa.

### Lisboa é um aviso a todas as direções da esquerda

Na capital, Fernando Medina esperava uma vitória fácil. A quatro dias das eleições, as sondagens atribuíam-lhe uma vantagem de quase 10 pontos percentuais sobre Carlos Moedas, o candidato do PSD. No final das contas, com uma escassa vantagem de 2.299 votos, Moedas tornou-se o presidente de Lisboa. O PS teve uma queda dos 42,02%, ou 106.110 votos, para os 33,31%, ou 80.869 votos.

Vários fatores têm sido apontados para esta derrota surpreendente. O escândalo que a direita apelidou de “russiagate” — quando se provou que a Câmara Municipal de Lisboa cedeu à embaixada russa os dados pessoais de manifestantes que participaram num protesto contra Putin em Lisboa — é um deles. Certamente, isso não melhorou a imagem de Medina, mas não é em escândalos mediáticos que encontramos as razões da derrota do PS em Lisboa. A raiz do problema, o factor fundamental que explica estes resultados, é a própria política da social-democracia.

O PS governou ininterruptamente a maior cidade de Portugal durante 14 anos, com Costa e, depois, com Medina na presidência. Nesses anos, sempre que os interesses da burguesia e do proletariado chocaram frontalmente, o PS colocou-se sem hesitações do lado da burguesia. Assim, seguiu uma política de desinvestimento público e degradação da infra-estrutura de educação, saúde e transportes, de privatização dos serviços públicos, de liberalização do mercado imobiliário e gentrificação com despejos selvagens, de precarização da força de trabalho e de repressão dos trabalhadores e da juventude. Durante a crise sanitária, o desprezo da Câmara Municipal de Lisboa pela vida dos trabalhadores foi gritante. Apesar de uma série de medidas cosméticas, a política do PS, naquilo que tem de essencial, foi indistinguível da política do

PSD. A derrota do passado domingo é apenas uma pequena parte do preço que a social-democracia paga pelo seu programa pró-capitalista.

Como cara desta política, Medina foi nitidamente incapaz de mobilizar os trabalhadores e os jovens da cidade que, não obstante a gentrificação galopante, são ainda mais do que suficientes para esmagar a direita nas urnas e, como ficou demonstrado repetidas vezes, quem fazê-lo. Aliás, é importante notar que também em Lisboa venceu a esquerda, apesar de o PSD ter ganhado a presidência. Os votos do PS, da CDU e do BE perfazem 50,02% (com a CDU a manter os 2 vereadores e a subir para 10,51%) e significam que a câmara terá 10 vereadores da esquerda contra 6 vereadores e 1 presidente da direita. Moedas vai ter de governar em minoria mesmo depois de ter cozinhado uma ridícula coligação que resulta numa sigla de 13 letras (PSD-CDS-A-MPT-PPM). Esta direita completamente desesperada foi capaz de fazer o que o PS não fez: mobilizar intensamente a sua base social para um programa claro. No caso, o programa de liberalização selvagem e de ataques aos trabalhadores.

A conclusão não podia ser mais clara, e já a expusemos repetidamente em várias ocasiões. A política reformista de conciliação de classes e cedências ao capital prepara o terreno para um governo de direita porque desmobiliza e desmoraliza os trabalhadores e a juventude. Lisboa é um claro aviso, a uma escala local, daquilo que se poderá dar à escala nacional caso a esquerda não altere fundamentalmente a sua política.

### A direita celebra a sua derrota

A comunicação social burguesa tenta tapar o sol com a peneira ao empolar a vitória de Moedas em Lisboa e minimizar a vitória do PS à escala nacional. Mas mesmo derrotado, o PSD não pode senão ficar satisfeito com os seus resultados. Com estas autárquicas, pela primeira vez desde o governo de Passos Coelho e da troika, a

direita teve um resultado eleitoral que significou um avanço. A euforia de Rui Rio e Francisco Rodrigues dos Santos reflectem exatamente isto: o processo de reorganização da direita está a mostrar os seus primeiros resultados tangíveis.

Em dezenas e dezenas de concelhos do país, e não só em Lisboa, o PSD conseguiu mobilizar e inflamar toda a sua base social contra o “socialismo”. Aumentou em 16 o número de municípios que governa, passando a 113, com vitórias importantes em Coimbra e Lisboa. Somando-lhe os municípios controlados pelo CDS-PP e ainda o Porto e a Figueira da Foz, com as presidências de Rui Moreira e Santana Lopes, respetivamente, a direita detém 121 dos 308 municípios do país. O avanço eleitoral da direita saldou-se igualmente num aumento de 187 mil votos face às últimas autárquicas, mas apenas à custa dos votos no Chega e IL, uma vez que PSD e CDS contraíram cerca de 84 mil votos.

Numa situação de polarização social na qual vastas camadas da classe trabalhadora, centenas de milhares de jovens e uma parte significativa das camadas médias se radicalizam à esquerda, isto é esperado. O importante a notar é que enquanto essa radicalização à esquerda se dá, as classes possidentes e setores importantes da pequena-burguesia se radicalizam à direita, dando aso a fenómenos como o surgimento do Chega. Em todos os processos de polarização há dois pólos, cada passo das forças da revolução sus-

cita um passo correspondente das forças da contra-revolução.

O cerne da questão é que, enquanto a direita está a ser capaz de se reorganizar e dar uma expressão eleitoral à viragem reacionária das suas bases, a esquerda segue uma política pró-capitalista que deixa os trabalhadores e jovens radicalizados não só sem uma força eleitoral que os represente, como, acima de tudo, órfãos de direção política para a luta concreta, que se faz fundamentalmente fora das instituições da democracia burguesa onde PS, PCP e BE se encerram obstinadamente, e tanto mais obstinadamente quanto maior é a crise do capitalismo e da democracia burguesa — que fica clara a cada eleição também pelos números da abstenção, que no dia 26 de setembro, à escala nacional, alcançou os 46,35%. Um crescimento de 1,32 pontos percentuais face a 2017 e representando 5 milhões de eleitores. Estes valores foram particularmente significativos em concelhos tipicamente proletários como Sintra (59,9%), Setúbal (57,8%), Moita (57,9%) ou Amadora (57,3%).

O PS, apresentando-se e sendo apresentado pela restante esquerda como o mal-menor e o voto útil contra a direita, preserva ainda uma base eleitoral gigantesca entre trabalhadores e jovens, mas isto não dura para sempre. O desgaste político da social-democracia, que se está a dar com redobrada intensidade à esquerda do PS, é tudo o que a direita precisa para reconquistar o governo e aplicar mais

um programa draconiano de empobrecimento e repressão.

É por entender o essencial deste processo que a direita celebra os resultados destas eleições autárquicas ainda que eles sejam, superficialmente, uma derrota para ela. O processo de reorganização que atravessa, com a irrupção do ultra-reacionário Chega na cena política, o colapso do CDS-PP — partido onde a oposição avia as fâscas e onde até já se ouvem vozes a pedir a unificação com o PSD —, a disputa pela direção do PSD e os enormes esforços de articulação que se traduzem em grandes conferências que procuram reunir toda a direita à volta de um único programa — como as organizadas pelo Movimento Europa e Liberdade — é não só possibilitado como facilitado pelas políticas pró-capitalistas que o PS aplica com a cumplicidade do PCP e do BE. A esquerda está a dar o tempo e todas as condições necessárias à direita para que esta se recomponha.

### Há que pôr um fim à orfandade política da classe trabalhadora

As eleições burguesas são um campo extremamente desfavorável à ação dos revolucionários, e em períodos de crise do capitalismo como o que vivemos, especialmente nos momentos mais críticos, as eleições não só não traduzem corretamente a correlação de forças e o desenrolar da luta de classes, como o distorcem aberrantemente. Com tudo o que escrevemos acima, é evidente que o relativo

avanço eleitoral da direita do passado dia 26 de setembro e quaisquer vitórias eleitorais da direita que possam vir a concretizar-se não refletem de forma alguma uma “viragem à direita” de camadas sociais importantes, uma “despolitização da juventude”, um “desinteresse dos trabalhadores” ou um “baixo nível de consciência de classe”. Pensar dessa forma é não entender nada do que se está a passar.

A última década, desde a queda de Sócrates e do governo de Passos Coelho e da troika, está repleta de lições. As mesmas lições devem ser tiradas da implacável onda de revoluções, sublevações e movimentos de massas que atravessam o globo. O capitalismo não tem qualquer solução para os problemas da esmagadora maioria da população. A sua continuação significa o aumento da miséria material e espiritual da humanidade a níveis intoleráveis. A classe trabalhadora e a juventude mostram uma e outra vez a compreensão destes factos, e exercem a sua força por todas as vias disponíveis com uma determinação revolucionária admirável. Mas nenhum grau de consciência de classe geral é suficiente para dispensar o papel de uma direção revolucionária.

A construção de um partido dos trabalhadores capaz de levantar o programa da revolução socialista como a real alternativa à barbárie capitalista que vivemos é a tarefa do momento. Só um tal programa pode mobilizar as vastas camadas sociais que procuram uma saída da crise pela esquerda.



**ESQUERDA**  
**REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!  
www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

f @esquerdarevolucionaria.centelha @esquerda.revolucionaria @EsqRev



# Socialismo ou Barbárie: só pondo fim ao capitalismo evitaremos a catástrofe climática

**Francisca Ferreira**  
Sindicato de Estudantes e Esquerda Revolucionária

No final de 2019, um ano marcado por intensas tempestades tropicais, fogos e cheias catastróficas, a China reportou à Organização Mundial da Saúde a existência de um novo vírus preocupante na cidade de Wuhan. Meses mais tarde, a Covid-19 espalhar-se-ia pelo mundo, tornando-se numa pandemia responsável por milhões de mortes e catalisadora da maior crise económica desde a Grande Depressão.

Os meios de comunicação burgueses têm retratado esta pandemia de duas maneiras: como um fenómeno da natureza, divorciado da influência humana e impossível de evitar, ou como sendo da responsabilidade da China, dando origem a inúmeras teorias da conspiração e a uma onda de racismo contra pessoas asiáticas por todo o mundo.

No entanto múltiplas publicações científicas relatam claramente qual o principal fator por detrás do surgimento de novas pandemias: o ritmo crescente de desflorestação, o comércio em grande escala de animais selvagens vivos e as práticas inseguras de criação de gado que facilitam a transmissão de novos patógenos de animais para pessoas e o

surgimento de doenças infecciosas. Num dessas publicações lê-se: “Por causa da nossa má relação com a natureza, estes eventos já estão a acontecer com mais frequência: mais de 335 surtos de doenças infecciosas emergentes foram notificados em todo o mundo entre 1940 e 2004 — mais de 50 por década”<sup>1</sup>. Uma relação decidida por um punhado de capitalistas que controlam os meios de produção. A exploração insustentável do planeta em busca de lucro fará com que um fenómeno como esta pandemia — que em pouco mais de ano e meio matou mais de 4,6 milhões de pessoas — surja outra vez, possivelmente mais transmissível e mortal.

## O capitalismo mata o planeta

Mas o surgimento da Covid-19 está longe de ser a única catástrofe relacionada com os efeitos ambientais da exploração capitalista.

No último verão, uma onda de calor com temperaturas recorde de 49,6°C assolou a América do Norte, causando quase 800 mortos no Canadá e mais de 200 nos Estados Unidos. É resultado do aumento da temperatura mundial que reduz a diferença de temperatura entre as correntes de jato polar, enfraquecendo-as e possibilitando a ocorrência de eventos cada vez mais extremos. De acordo com

os dados históricos, um fenómeno destes deveria ocorrer apenas uma vez de alguns em alguns milhares de anos. No entanto, alguns modelos climáticos prevêem que possa voltar a ocorrer já no final desta década.

Na Europa assistimos a cheias catastróficas que fizeram mais de 180 mortos na Alemanha e 41 na Bélgica, cidades inteiras completamente inundadas, incontáveis casas destruídas assim como estradas e pontes, e dezenas de desaparecidos. Na Turquia, lutou-se simultaneamente contra os terríveis incêndios que queimaram aproximadamente 1.700 Km<sup>2</sup> e contra as cheias que mataram 81 pessoas, forçaram a evacuação de mais 1800 e causaram danos imensuráveis nas infraestruturas da região norte do país. Também estes fenómenos extremos deveriam acontecer uma vez por geração, mas irão ocorrer com cada vez maior frequência e intensidade.

## “Capitalismo Verde” e outras mentiras da burguesia...

Estes terríveis acontecimentos aumentam as preocupações da população mundial sobre como impedir o aquecimento do nosso planeta, e as suas consequências.

A burguesia tenta empurrar a culpa deste fenómeno para a classe trabalhado-

soas. O problema está no carácter anárquico do modo de produção capitalista que impede um planeamento centralizado da produção e da distribuição de alimentos. Como resultado existem largas camadas da população dos países neocoloniais a sofrer de fome enquanto que nos países mais ricos toneladas de comida são propositadamente destruídas devido a crises de sobreprodução. A fome não é um fenómeno natural, mas sim resultado do sistema vigente.

Não surpreendentemente, muitas empresas tentam lavar a sua imagem e apresentar-se como aliadas da luta climática. É o caso da Coca-Cola, que diz produzir “bebidas ecológicas” enquanto permanece uma das 20 empresas que mais polui os oceanos, ou de marcas de roupa como a H&M que apresentam coleções feitas de material reciclável enquanto que a poluição resultante das suas práticas de produção continua a fazer terríveis estragos ao meio ambiente, principalmente em países asiáticos para onde deslocou a produção em busca de mão-de-obra mais barata e com menos direitos laborais.

Governos capitalistas de todo o mundo tentam apresentar os protocolos ambientais e as cimeiras climáticas como forma de garantir um futuro mais sustentável. No entanto, num sistema em que os Estados competem por melhor se posicionarem no mercado mundial face à concorrência, as suas necessidades, especialmente num período de crise económica, sobrepor-se-ão sempre à questão ecológica, o que faz com que as metas sejam sistematicamente desrespeitadas.

Num período marcado pela competição entre os Estados Unidos e a China isto é particularmente óbvio. Após a sua eleição, Joe Biden anunciou com grande pompa e circunstância que os Estados Unidos iriam regressar ao Acordo de Paris. Enquanto isso aponta como seu intermediário com o movimento climático Cedric Richmond, congressista democrata que ao longo da sua carreira re-

cebeu chorudos montantes da indústria de combustíveis fósseis a troca de votos que favorecessem os seus negócios. As grandes petrolíferas — conhecidas como as “Big Five”: ExxonMobil, Shell, Chevron, BP e Total — destinaram desde o Acordo de Paris mais de mil milhões de dólares para atrasar e combater qualquer iniciativa desenhada para combater as alterações climáticas e assim prosseguir com a exploração de combustíveis fósseis. Já a China, que tinha no seu programa quinquenal de 2015-2020 a intenção de reduzir a utilização de petróleo e carvão, não só não o fez como ultrapassou os Estados Unidos em 2017 como principal importador de petróleo.

## ...em que o governo português também alinha

Em Portugal, o governo de Costa faz de tudo para proteger os interesses do capital à custa do nosso meio ambiente. A exploração do lítio, que traz preocupações legítimas às populações locais devido à terrível poluição, foi apresentada como um grande passo em direção à transição energética, apesar da extração deste mineral, a sua refinação, e a geração da eletricidade que alimentará as baterias serem altamente poluentes. As próprias baterias de lítio têm uma vida útil de apenas 7 a 10 anos, tornando-se elas próprias um grave problema ambiental caso não sejam recicladas.

Um percurso semelhante se vê com a produção do chamado hidrogénio “verde”. A Comissão Europeia apresentou em julho do ano passado uma visão para promover o hidrogénio renovável, estimando que os investimentos poderiam vir a atingir “entre 180 e 470 mil milhões de euros até 2050”<sup>2</sup>. O governo português, tomou como boa referência o cenário máximo, algo que atraiu a atenção de imensos investidores privados, que se vêm interessados num potencial negócio financiável em boa parte com dinheiro público. O hidrogénio é um gás muito reativo e com elevada fugacidade, que quase não existe no seu estado livre na

natureza e a sua utilização para a produção de energia tem diversas desvantagens: exige enormes cuidados na sua manipulação por ser perigoso, armazena muito pouca energia num dado volume e tem que ser produzido através de processos que implicam consumo de diversos recursos minerais, hidrológicos e um elevado consumo energético.

Nestes casos, como em muitos outros, vemos o governo PS a utilizar o pretexto da transição energética apenas para mostrar uma total subserviência aos interesses do grande capital na sua busca pelo lucro máximo, ignorando as reais consequências climáticas destes projetos, e evitar ao máximo qualquer projeto que possa vir efetivamente a auxiliar os esforços na luta contra as alterações climáticas, como uma rede extensa, pública e de boa qualidade de transportes públicos, e a nacionalização da indústria energética.

## É urgente a transformação completa de toda a produção!

A culpa das alterações climáticas não pode ser colocada em cima da classe trabalhadora, pois esta não é responsável. E por isso mesmo não é o “consumo ético” que irá evitar as consequências do aumento das temperaturas globais.

Sob o capitalismo existe uma lei, e uma lei apenas: a maximização dos lucros a todo o custo. Combustíveis fósseis são explorados porque o mercado o exige, a indústria agropecuária cresce a proporções insustentáveis porque o mercado o exige, e como consequência assistimos à destruição do nosso planeta a um ritmo que nunca vimos antes, juntamente com a destruição de milhares de espécies e milhões de vidas humanas.

As conclusões do recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas não deixam espaço para dúvidas: se as emissões de gases com efeito de estufa não forem reduzidas até muito próximo de 0 nos próximos anos,

a catástrofe climática é inevitável<sup>3</sup>. O tipo de mudanças necessárias para o conseguirmos são impossíveis de concretizar através de mecanismos de mercado. Esperar que os responsáveis pela catástrofe atual renunciem voluntariamente aos seus lucros é uma utopia reaccionária que nunca se irá concretizar. Enfrentar a crise climática exige um choque direto com os interesses dos capitalistas que nenhum governo burguês irá colocar em causa. A solução é uma economia planificada de acordo com os interesses da classe trabalhadora e sob o controlo desta.

Nos últimos anos, testemunhámos grandes mobilizações da juventude em torno da justiça climática. Manifestações e greves às aulas tiveram a adesão de milhões de jovens em quase todo o mundo. Estas mobilizações, apesar de serem muitas vezes lideradas por elementos da pequeno-burguesia e da burguesia, têm o enorme envolvimento da juventude proletária, fazendo destas autênticos movimentos de massas na luta contra a destruição do nosso planeta.

A classe trabalhadora é aquela que mais sofre, e irá sofrer cada vez mais, com as consequências das alterações climáticas. É, portanto, o papel da nossa classe de nos mobilizarmos, e cabe aos marxistas trazer um programa ecologista revolucionário, que mobilize cada vez mais juventude em nome da justiça climática, que encare o problema diretamente, indo até às suas raízes, e que enfrente aqueles que pretendem esconder os verdadeiros motivos e os verdadeiros responsáveis por esta crise. Que esta luta sirva não só como uma luta contra as alterações climáticas, mas como uma luta contra o próprio capital!

1. O grupo *Preventing Pandemics at the Source*, apresenta um enorme conjunto de artigos e publicações científicas sobre as origens deste vírus e de muitos outros como o ébola e o VIH.  
2. *CDP Carbon Majors Report 2017*.  
3. *Climate change widespread, rapid, and intensifying – IPCC*.





# AFEGANISTÃO: Fiasco imperialista num país devastado pelas potências “democráticas”

**Miguel Ángel Domingo**  
Comité Ejecutivo da Izquierda Revolucionaria - Estado espanhol

A cada dia que passa desde que os talibãs tomaram Cabul, a dimensão histórica da derrota humilhante do imperialismo estado-unidense e o caráter irreversível do seu declínio e decadência são impossíveis de ocultar.

Após a desintegração do governo e do exército afegãos — um colapso sem precedentes históricos — os talibãs tomaram a capital sem disparar um único tiro. Nos dias agonizantes que se seguiram ao seu triunfo, os media inundaram-nos com imagens impactantes de helicópteros voando apressadamente entre a embaixada estado-unidense e um aeroporto lotado com milhares de pessoas desesperadas por sair do país.

Foi o ISIS que pôs um fim sangrento a este caos com o duplo atentado em que morreram cerca de 200 pessoas, incluindo treze militares estado-unidenses. Após 20 anos de intervenção militar estrangeira “contra o terrorismo e pela democracia”, o massacre perpetrado pelo grupo jihadista, nascido diretamente da ocupação estado-unidense, é simbólico.

As operações de evacuação não se prolongaram para além de 31 de agosto, pontuadas pelas crónicas e reportagens que o circo mediático vomitava a seu bel-prazer. Mas o fraudulento “humanitarismo” de Biden e dos seus aliados rapidamente deu lugar ao mais cruel cinismo: a UE, implicada até à medula no desastre, porá em marcha medidas excepcionais para evitar uma inundação de refugiados afegãos, pagando milhares de milhões de euros à Turquia e ao Qatar para que criem novos campos de refugiados.

nais para evitar uma inundação de refugiados afegãos, pagando milhares de milhões de euros à Turquia e ao Qatar para que criem novos campos de refugiados.

## Um ponto de inflexão nas Relações Internacionais

Devemos analisar com seriedade a dimensão do que aconteceu. Não se trata de uma derrota exclusivamente para Biden, mas do imperialismo ocidental como um todo, e de uma mudança importante nas Relações Internacionais (RI) tecidas nos anos posteriores ao colapso da URSS.

Não podemos separar a fuga estado-unidense do Afeganistão da ascensão irrefreável da China como uma superpotência económica, tecnológica e militar, dos efeitos da Grande Recessão de 2008 e da crise de subreprodução não resolvida, da ascensão da luta de classes e da enorme polarização que atinge todos os continentes, da deslegitimação do parlamentarismo burguês e do avanço do totalitarismo de direita e, por último mas não menos importante, da catástrofe provocada pela pandemia e pelas alterações climáticas.

Os EUA estão a sofrer derrota após derrota. Perderam a partida no Iraque e no Afeganistão depois de anos de guerra. O Paquistão já não obedece às orientações do Departamento de Estado dos Estados Unidos e a sua estratégia contra o Irão não está a resultar. Não atingiram os seus objetivos na Síria (embora tenham reduzido o país a escombros, ajudando os fundamentalistas). Na Palestina, os planos de paz foram rasgados enquanto Israel atravessa a maior crise so-

cial e política de sua história. Tampouco se saíram melhor no Sudão, em Mianmar ou na Líbia, sem falar na América Latina, onde os golpes em que apostaram fracassaram miseravelmente na Bolívia e na Venezuela. Na África Subsariana, os Estados Unidos já não desempenham nenhum papel relevante face ao dragão asiático.

A China lida de igual para igual com a potência que se acreditava imbatível e com impunidade para ocupar militarmente qualquer parte do planeta. Mas não é a única. A Rússia faz o mesmo, assegurando o seu controlo da Crimeia e da Bielorrússia, enfrentando a Ucrânia e a NATO e estendendo a sua influência pelas ex-repúblicas soviéticas do Cáucaso e da Ásia.

## A guerra é uma atividade muito lucrativa

Desde os tempos de Jimmy Carter e Reagan que o imperialismo estado-unidense tem dedicado recursos sem olhar a custos à intervenção militar no Afeganistão. O estudo mais completo, o “Projeto Custos da Guerra”, da Brown University, calcula que tenham sido gastos 2,26 biliões de dólares apenas nos últimos 20 anos, ou seja, uma média de mais de 300 milhões de dólares por dia. Disto, apenas migalhas chegaram à população.

Mas quem encheu os bolsos então? O complexo industrial-militar encontrou na “guerra contra o terrorismo” um negócio lucrativo após o desaparecimento do “inimigo soviético”. Os dados são surpreendentes: a Lockheed Martin tornou-se o maior fornecedor das operações no Afeganistão, com contratos no valor

de 44.100 millones de dólares apenas em 2013, seguida de perto pela Boeing. A Raytheon ganhou 25.000 milhões em contratos e a BAE Systems outros 20.000.

A “privatização” da guerra, eufemismo usado para designar as fortunas que as grandes corporações acumulam em todas as guerras imperialistas, encheu de dinheiro os negócios de logística, mantimentos, assistência médica ou segurança privada. O Afeganistão tornou-se um novo *El Dorado* para as empresas que assinam estes “contratos”.

Juntamente com o complexo industrial-militar, o setor financeiro, os grandes bancos e fundos de investimento também fizeram fortuna com a guerra. Quase a totalidade destes gigantes gastos militares foram pagos com empréstimos bancários. O estudo da Brown University estima que já tenham sido gastos mais de 500.000 milhões só em juros e que em 2050 os juros da dívida da guerra do Afeganistão possam chegar aos 6,5 biliões de dólares.

O imperialismo estado-unidense dedicou quase 100.000 milhões de dólares ao treino do exército afegão, mas era um exército apenas no nome. A corrupção ia de cima para baixo: milhares de soldados fantasma, ou seja, que não existiam de verdade, e cujos salários iam parar aos bolsos dos seus comandantes, linhas de abastecimento imaginárias que deixavam as tropas sem comida, água ou munições, ou o desvio direto de biliões para os senhores da guerra.

A desintegração do exército e do aparelho estatal afegãos foi recebida “com surpresa” pelos media e pelo próprio go-

verno dos Estados Unidos. No entanto, a falácia da reconstrução e das instituições afegãs completamente fictícias era bem conhecida das sucessivas administrações estado-unidenses.

Onze relatórios anuais do supervisor estado-unidense para a reconstrução expuseram a situação que descrevemos. Em 2019, o Washington Post divulgou “The Afghanistan Papers” — uma investigação do próprio governo —, que reuniaram mais de 2.000 páginas de entrevistas com participantes de todos os níveis de intervenção no Afeganistão. Demonstrou o conhecimento que havia na Administração da verdadeira situação que existia no país ocupado. A corrupção era um buraco sem fundo para os milhares de milhões que se enviavam para o Afeganistão, e não estavam a vencer a guerra nem havia uma ideia clara de como o conseguir. Mas todos preferiram olhar para o outro lado e manter a situação em vez de correr o risco que implicava uma retirada ou um envio de mais tropas.

## Nem democracia nem progresso. O terrível resultado da ocupação

Enquanto esse rio de dinheiro fluía, e ao contrário do que dizia a propaganda de todos os governos e meios de comunicação ocidentais, no Afeganistão não se desenvolvia sequer uma democracia burguesa, nem se reconstruía o país, nem os direitos das mulheres eram defendidos.

É verdade que pequenas camadas da população nas grandes cidades — ligadas à administração criada pelos Estados Unidos, às empresas contratadas de todos os tipos e às ONGs ocidentais — passaram a viver melhor. A melhor prova disso foi o que aconteceu em Cabul. A capital passou de meio milhão de habitantes em 2001 para quatro milhões hoje, mas a desigualdade que sofre é brutal: favelas inteiras que sobrevivem entre o lixo contrastam com o bairro de Shipur, onde se concentram luxuosas mansões de senhores da guerra.

Senhores da guerra que lideraram as diferentes fações na brutal guerra civil que assolou o país após a saída das tropas soviéticas e foram reabilitados pelo imperialismo estado-unidense e pelos seus aliados da NATO de forma a liderarem o país. Desde então têm sido a verdadeira autoridade em várias províncias, saqueando as riquezas do país e o dinheiro supostamente dedicado à “reconstrução”, um montante que em teoria superou o do Plano Marshall para a Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Diante do avanço dos talibãs, estes mafiosos, que tinham prometido publicamente resistir “até à última gota de sangue” mobilizando as suas milícias privadas, dividiram-se entre aqueles que fugiram a meio da noite (Atta Noor ou Dostum), aqueles que se renderam (Khan) ou aqueles que tentam formar um “governo de unidade” com os talibãs (Karzai, Abdullah ou Hekmatiar). Trocaram de lado como quem troca de roupa, e agora vendem-se às potências estrangeiras que disputam influência: China, Irão, Qatar ou Paquistão.

O outro lado desse negócio é o aumento explosivo do número de dependentes de heroína no Afeganistão. De acordo com a ONU, passaram de 200.000 em 2005 para cerca de 2,5 milhões em 2015, com uma propagação particularmente dramática entre mulheres e crianças. A ONU considerou em 2015 que 9,5% das mulheres eram dependentes e 9,2% das crianças até 14 anos testaram positivo para uma ou mais drogas. Números que a própria ONU considera que estão sem dúvida a aumentar e em um ritmo mais rápido.

O opio represente cerca de um terço do PIB afegão. É de longe o maior cultivo do país e gera cerca de 600.000 empregos. Os talibãs também beneficiam dele: alguns relatórios indicam que financia 60% das suas despesas. Mas não são os únicos. Senhores da guerra e altos funcionários da administração afegã também estão envolvidos no negócio da heroína. Muitas plantações são vigiadas diretamente pela polícia local. E a heroína também fez parte da intervenção estado-unidense: o New York Times informou em 2009 que a lista de traficantes usada pelo Pentágono excluía aqueles que se tinham aliado às tropas estado-unidenses.

## O papel do imperialismo chinês

Não é segredo que os dirigentes chineses têm encorajado as forças talibãs, proporcionando cobertura política aos seus principais líderes — recebidos com todas as honras na capital chinesa — contribuindo com apoio militar através do Irão e garantindo o reconhecimento estrangeiro e investimento em troca de que o futuro governo fundamentalista mantenha uma razoável estabilidade interna e não desencadeie uma guerra civil.

A situação das mulheres e crianças é outro exemplo terrível do que realmente significaram vinte anos de intervenção imperialista. 87% das mulheres afegãs são analfabetas (dois terços das meninas não vão à escola) e 75% das adolescentes continuam a ter que se submeter ao casamento forçado. O novo Código Penal da “democracia”, instituído pelos Estados Unidos, não modificou a legislação sobre violência contra as mulheres da era talibã, mantendo punições como o apedrejamento por adultério. Estima-se que 90% das mulheres sofrem de depressão ou transtornos de ansiedade e que 80% dos suicídios são de mulheres furtas de sofrer esta violência generalizada e estrutural.

Claro, o que pode acontecer não é decidido apenas na China, mas o que o regime de Xi Jinping deixou claro é que a sua política externa, que ao fim e ao cabo é uma extensão da interna, não tem nada de comunista nem de proletária. Apoiar os talibãs está nos antipodas do marxismo-leninismo. É *realpolitik* imperialista, pura e dura.

Até agora, e apesar dos investimentos nada pequenos em infraestrutura de vias de transportes e na indústria mineira, o governo afegão recusou-se a participar do projeto estratégico de transporte e comunicações patrocinado pela China, conhecido como Nova Rota da Seda. A derrota do imperialismo estado-unidense e a desintegração do seu Estado fantoche podem mudar o panorama radicalmente.

Segundo relatórios da imprensa económica, o Afeganistão tem reservas estimadas em 1,4 milhões de toneladas de minerais raros como lantânio, cério, neodímio e outros essenciais para a produção de tecnologias. Na verdade, em 2019 os EUA importaram 80% dos minerais raros de que necessitavam da China, enquanto a UE importou 98%.

Alguns cálculos estimam que estes recursos possam chegar a valer 2,5 biliões de euros. A isto somam-se as reservas de 60 milhões de toneladas de cobre, 2.200 milhões de toneladas de minério de ferro, para além de alumínio, ouro, prata, zinco e mercúrio que são um grande atrativo para investimentos chineses.

Mas a situação que se abriu no Afeganistão não será uma jornada fácil para Pequim. A intervenção militar estado-unidense tornou Washington responsável pela área. A partir de agora, a estabilidade de que a China procura terá que ser garantida através dos seus próprios meios e pelos dos seus aliados (Rússia, Paquistão e Irão), que nem sempre coincidem nos mesmos interesses.

Os dirigentes chineses declararam abertamente após a saída dos Estados Unidos que preferem um governo de coligação “islâmico, mas aberto e inclusivo”, de acordo com a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros Hua Chunying. Mas um colapso tão devastador para os Estados Unidos e aliados abre um caminho diferente, com os talibãs a concentrar poder a uma escala nunca antes vista.

A questão central para a China será até que ponto a sua “diplomacia económica” imperialista e a colaboração com o Paquistão — o principal patrocinador dos talibãs — podem proporcionar a estabilidade tão esperada. Por enquanto, a contenção dos talibãs indica que os interesses geoestratégicos e materiais em jogo

Nos últimos dias, as declarações chinesas multiplicaram-se. “A história do Afeganistão entrou numa nova era após a retirada das tropas ocidentais. Os afegãos agora têm um novo ponto de partida para encontrar paz a nível nacional e se concentrar na sua reconstrução”, disse a 31 de agosto o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Wang Wenbin.

Claro, o que pode acontecer não é decidido apenas na China, mas o que o regime de Xi Jinping deixou claro é que a sua política externa, que ao fim e ao cabo é uma extensão da interna, não tem nada de comunista nem de proletária. Apoiar os talibãs está nos antipodas do marxismo-leninismo. É *realpolitik* imperialista, pura e dura.

O interesse da China no Afeganistão tem dois eixos: garantir os seus interesses num país com uma posição geoestratégica chave e explorar ao máximo a imagem de decadência e incapacidade do imperialismo estado-unidense.

Até agora, e apesar dos investimentos nada pequenos em infraestrutura de vias de transportes e na indústria mineira, o governo afegão recusou-se a participar do projeto estratégico de transporte e comunicações patrocinado pela China, conhecido como Nova Rota da Seda. A derrota do imperialismo estado-unidense e a desintegração do seu Estado fantoche podem mudar o panorama radicalmente.

Segundo relatórios da imprensa económica, o Afeganistão tem reservas estimadas em 1,4 milhões de toneladas de minerais raros como lantânio, cério, neodímio e outros essenciais para a produção de tecnologias. Na verdade, em 2019 os EUA importaram 80% dos minerais raros de que necessitavam da China, enquanto a UE importou 98%.

Alguns cálculos estimam que estes recursos possam chegar a valer 2,5 biliões de euros. A isto somam-se as reservas de 60 milhões de toneladas de cobre, 2.200 milhões de toneladas de minério de ferro, para além de alumínio, ouro, prata, zinco e mercúrio que são um grande atrativo para investimentos chineses.

Mas a situação que se abriu no Afeganistão não será uma jornada fácil para Pequim. A intervenção militar estado-unidense tornou Washington responsável pela área. A partir de agora, a estabilidade de que a China procura terá que ser garantida através dos seus próprios meios e pelos dos seus aliados (Rússia, Paquistão e Irão), que nem sempre coincidem nos mesmos interesses.

Os dirigentes chineses declararam abertamente após a saída dos Estados Unidos que preferem um governo de coligação “islâmico, mas aberto e inclusivo”, de acordo com a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros Hua Chunying. Mas um colapso tão devastador para os Estados Unidos e aliados abre um caminho diferente, com os talibãs a concentrar poder a uma escala nunca antes vista.

A questão central para a China será até que ponto a sua “diplomacia económica” imperialista e a colaboração com o Paquistão — o principal patrocinador dos talibãs — podem proporcionar a estabilidade tão esperada. Por enquanto, a contenção dos talibãs indica que os interesses geoestratégicos e materiais em jogo

estão a encaminhar-se no sentido de evitar uma nova guerra civil sangrenta. Não estamos em 1996, quando os talibãs assumiram o poder pela primeira vez, nem a China ocupa o mesmo espaço no tabuleiro internacional, nem os EUA são já a potência que se gabava do “fim da história”.

## Só o povo salva o povo

O governo Biden sofreu um sério revés e um grande declínio na popularidade, o que está a ser explorado pela direita trumpista. Mas os dois setores da burguesia estado-unidense representados por democratas e republicanos têm as mesmas receitas para amenizar a perda de peso internacional dos Estados Unidos: aprofundar a luta contra a China e atacar as condições de vida da população americana.

No Afeganistão, a reação fundamentalista levanta a cabeça. O talibãs, fruto de uma operação lançada por Carter e Reagan com o apoio do Paquistão e da Arábia Saudita para combater os soviéticos, assumiram o controlo do país. O que podemos esperar deles? O fundamentalismo islâmico desempenha o mesmo papel que os bandos fascistas, desmantelando os movimentos revolucionários e permitindo que o capitalismo continue a funcionar. Temo-lo visto nas últimas décadas.

O imperialismo e o fundamentalismo são as duas faces da mesma moeda: precisam um do outro nesta era de crise global, recessão, pandemia e decomposição capitalista.

Aqueles que tornaram possível o cenário de terror no Afeganistão são os mesmos que já antes o haviam feito no Iraque, na Síria, na Líbia ou no Iémen. Sim, por um lado são os talibãs, o Estado Islâmico, todos os tipos de bandos jihadistas reacionários... mas por detrás estão os seus patrocinadores, as monarquias reacionárias do Golfo Árábico, os mulás do Irão, o imperialismo que cria as condições para que existam, quando não os organiza e fortalece diretamente.

É bem possível que os talibãs façam acordos com a China. Mas na China capitalista de hoje nem as massas do Afeganistão nem de nenhum outro país encontrarão a solução para os seus problemas. Tampouco nas mensagens hipócritas do Ocidente, que a social-democracia e os seus aliados da nova esquerda reformista tentam branquear a todo custo.

Durante estes anos, a União Europeia desenvolveu ao Afeganistão milhares de refugiados que fogiam da guerra ou prenderam-os em campos de “internamento”. Financiou regimes na Turquia ou Marrocos e senhores da guerra libios para atuarem como guardas fronteiriços. Hoje fazem apelos hipócritas a que se respeitem os direitos das mulheres afegãs, enquanto preparam novas medidas para aumentar a sua opressão.

Só há um caminho para resolver o caos em que o capitalismo lança um país atrás do outro: a revolução socialista, a tomada do poder pela classe trabalhadora à frente das massas oprimidas, com um programa para derrubar a oligarquia e o imperialismo, que exproprie os setores fundamentais da economia e as coloque sob o controlo democrático da população.

Não há outra opção: socialismo ou barbárie!

# Contra a legalização do proxenetismo

## OS NOSSOS CORPOS NÃO ESTÃO À VENDA!

### Livres e Combativas

Escrevemos noutra ocasião que com o desenvolver da crise testemunháramos ataques cada vez mais violentos contra a mulher trabalhadora, incluindo tentativas de legalização do proxenetismo.

Lamentavelmente, é a direção da Juventude Socialista (JS) quem está agora a fazer o jogo dos proxenetistas. No último Congresso do Partido Socialista, que decorreu a 28 e 29 de agosto deste ano, foi apresentada uma moção da JS a defender a “regulamentação da prostituição”, ou seja, a legalização do proxenetismo.

Na moção, a JS considera que a prostituição é uma “profissão” com numerosos “condicionamentos” que tem também situações de exploração, tal como outras profissões. E mesmo admitindo que essa exploração tem implicações mais “gravas”, a moção defende que seja regulamentada como qualquer outro trabalho.

Algo que não se diz em qualquer parte do documento é que nesta “profissão” tão normal a esmagadora maioria das pessoas exploradas são mulheres.

Pelo contrário, a prostituição é completamente retirada do seu contexto — de pobreza, violência machista, pedofilia e tráfico humano — e caracterizada como uma forma de sexualidade expressada individualmente. Desta forma, faz-se uma equivalência entre os opositores do proxenetismo e preconceituosos ou conservadores que pretendem controlar a sexualidade alheia. É um truque velho e bem conhecido.

A verdade é que a submissão das mulheres à violação sistemática é uma indústria que tem lucros de milhões — estimam-se 186 mil milhões de dólares por ano — e está longe de ser uma forma de sexualidade. A prostituição não é uma forma de sexo, é uma forma de violência e dominação à qual são sujeitas mulheres pobres e uma grande parte das pessoas LGBTI+. Uma realidade que fica clara quando sabemos, por exemplo, que das 2.982 pessoas trans assassinadas entre 2008 e 2018 no mundo, 62% eram pessoas prostituídas, ou que de 45% até 75% das pessoas prostituídas globalmente podem ser vítimas de violência sexual.

Mas o que propõe a JS como solução para a extrema violência vivida pelas mulheres prostituídas? Uma simples lei. Segundo a JS, para haver verdadeira segurança e dignidade na profissão, o lenocínio (proxenetismo) simples deve ser legalizado com a criação de cooperativas e sociedades mútuas. Isto permitiria, segundo a JS, uma troca de “recursos, instalações e infraestruturas”. Este modelo teria por base a “gestão societária ou cooperativa que assente no pressuposto que só poderão ser partes integrantes destes modelos profissionais que exerçam no momento a atividade e na paridade de poder de voto nas deliberações.” Por outras palavras, a JS pretende que a o sistema da prostitui-

ção — uma indústria multimilionária de escravização de mulheres pobres e traficadas — passe a ser um sistema democrático e igualitário por ordem do Estado. Isto é absurdo. A prostituição não pode ser reformada com uma lei.

Apesar de a moção da JS dizer que este modelo é único no mundo, existem modelos similares noutros países, como é o caso da Inglaterra, Austrália, Argentina e Holanda. Mas o que resultou desta regulamentação está longe da democracia e do igualitarismo. Tudo o que este sistema faz é permitir aos proxenetistas montar uma fachada legal e higienizada para os seus negócios através exatamente dos mesmos meios de coação de que já dispõem: a violência física, as dívidas impagáveis, a dependência das drogas, a ameaça de deportação, etc. Em todos os países onde o modelo foi aplicado, os resultados foram os mesmos: o tráfico de mulheres e crianças aumentou e o sistema da prostituição cresceu tanto na sua vertente legal como na ilegal.

Para este problema, a solução da JS é vigiar e registar os prostíbulo, aplicar normas contratuais a quem o pratica e criar formas — que não são especificadas em lugar algum — de as pessoas poderem denunciar quem as violenta. É esta a solução da esquerda social-democrata para a prostituição: manda-se a prostituição deixar de ser opressiva e violenta com uma lei e depois garante-se o cumprimento da lei com fiscalização.

Que fiscalização vai ser esta, senão a mesma que se mostra incapaz de pôr fim ao trabalho escravo na agricultura e a mesma que é incapaz de travar a violação de todas as leis laborais em numerosos setores como o do turismo e restauração, limpeza industrial, construção civil e tantos outros? É a este Estado burguês que devemos confiar a proteção de mulheres e crianças que não têm nenhuma forma de fazer valer os seus interesses? O mesmo Estado que não só permite como compactua com todo o tipo de atropelos à sua própria lei por parte dos patrões dos mais variados setores? De maneira nenhuma! A proposta da JS é uma armadilha para as mulheres pobres e para toda a classe trabalhadora.

### É preciso uma política contra as causas da prostituição

Em oposição à legalização do proxenetismo defendida pela direção da JS, outra ala da social-democracia defende o “modelo nórdico”, ou seja, um modelo de regulação da prostituição que criminaliza não só os proxenetistas como igualmente os clientes.

Este modelo, sendo sem dúvida mais progressista do que a lei atual em

Portugal, não é de forma alguma uma solução para os problemas das mulheres prostituídas porque não toca em nenhuma das causas da prostituição.

Aquilo que precisamos são medidas concretas que, por um lado, previnam a entrada e, por outro, facilitem a saída de mulheres do sistema prostitucional. Estas medidas nunca serão simplesmente uma combinação de proibições e permissões ou uma receita de regulamentação de um sistema que é, por natureza, violento, machista e em grande parte organizado de forma análoga à escravatura.

Antes de mais, é necessário o aumento do Salário Mínimo Nacional, um subsídio de desemprego digno, o fim da precariedade e a criação de leis laborais que realmente tornem impossível que as mulheres trabalhadoras caiam numa situação de miséria na qual a prostituição é a única alternativa de sobrevivência. Da mesma forma, é fundamental estar garantido o acesso à habitação. A relação entre pobreza e ainda entre maus-tratos na infância e a prostituição é conhecida. Uma política contra a prostituição — i.e., contra a venda e a violação sistemática de mulheres e crianças — tem de ser uma política contra a pobreza e a violência doméstica e de género.

Da mesma forma, uma política consequente contra a prostituição tem de atacar o tráfico de mulheres e crianças. Em primeiro lugar, é necessário pôr fim a toda a perseguição e repressão de imigrantes e pessoas sem documentação. Uma lei da nacionalidade que garanta o acesso à nacionalidade a todas as pessoas que vivam em Portugal é fundamental para permitir que um grande número de mulheres traficadas e imigrantes possam sair do sistema prostitucional.

Em conjunto com estas medidas, a criação de uma rede pública de abrigos e casas de acolhimento para vítimas de violência doméstica e de género — o que inclui mulheres que fogem



da prostituição — é uma necessidade óbvia. Esta rede só pode ter a dimensão necessária e um funcionamento eficaz se for parte do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e se este for completamente gratuito e acessível a todos. Tudo isto implica um investimento muitas vezes superior ao financiamento atual, que tem mantido o SNS num estado de subfinanciamento e degradação.

### Só a revolução socialista pode pôr fim à compra e venda de mulheres!

As medidas necessárias para pôr fim à prostituição significam um choque frontal e profundo com os grandes capitalistas e o seu sistema económico. É por isso que a social-democracia e todos os reformistas se recusam a tratar as causas do problema e a apresentar um programa consequente para combater esta catástrofe social.

Os reformistas que adotam uma posição contra a prostituição com o modelo nórdico e defendem uma série de reformas graduais até à abolição da prostituição estão completamente equivocados. Em primeiro lugar, porque quaisquer medidas progressistas em capitalismo podem ser destruídas. É isso que acontece a cada nova crise económica — vemos a burguesia a atacar os direitos da mulher trabalhadora e de toda a nossa classe, mesmo os que conseguimos conquistar com maiores sacrifícios.

Para construir um mundo onde nenhuma mulher seja empurrada para a prostituição, é necessário transformar radicalmente a economia, é necessária uma revolução socialista que coloque nas mãos da classe trabalhadora — a esmagadora maioria da população — os meios de produção e o poder político, ou seja, um sistema onde temos tudo o que é necessário para que possamos ser nós próprios a tomar as decisões que afetam as nossas vidas, de acordo com as necessidades e o bem-estar da imensa maioria, e não com o lucro de meia dúzia de grandes capitalistas.

